



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**COMARCA DE CHOPINZINHO**  
**VARA CÍVEL DE CHOPINZINHO - PROJUDI**

**Rua Antonio Vicente Duarte, 4000 - Centro - Chopinzinho/PR - CEP: 85.560-000 - Fone: (46)  
3242-1497 - E-mail: nels@tjpr.jus.br**

**Autos nº. 0002984-23.2023.8.16.0068**

Processo: 0002984-23.2023.8.16.0068  
Classe Processual: Recuperação Judicial  
Assunto Principal: Administração judicial  
Valor da Causa: R\$866.485,16  
Autor(s): • JAIR A. ZANELLA VIDRAÇARIA ME  
Réu(s):

**Vistos.**

1. JAIR ANTONIO ZANELLA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, representada por seu sócio administrador JAIR ANTONIO ZANELLA, requereu o processamento de recuperação judicial.

Sustenta a requerente, em suma, que fora constituída no ano de 2010, derivada da dissolução empresarial até então existente com a empresa "Irmãos Zanella Ltda.". A requerente destinou-se exclusivamente às atividades de vidraçaria, enquanto seu irmão e sócio da extinta empresa onde detinham sociedade, deu seguimento com as atividades inerentes a metalurgia. Narram na petição inicial que, apesar de enfrentarem grave crise financeira atualmente, há viabilidade econômico-financeira na manutenção da empresa, com a conservação dos empregos que geram. Segundo relatam, a crise financeira teve início no ano de 2017, quando seu proprietário deu início ao divórcio, cujo fato embora não tivesse como objetivo interferir nas questões empresariais, tomou uma proporção inesperada, agravando-se com a crise econômica instalada por consequência da pandemia da COVID 19, o que levou ao colapso financeiro do estabelecimento.

Foi determinada a emenda da inicial e nomeado perito para constatação prévia conforme art. 51-A da Lei n. 11.101/2005 (mov. 22.1).

A parte autora juntou os documentos faltantes (mov. 27).

Em análise preliminar, o administrador judicial concluiu pela viabilidade do processamento da recuperação (mov. 29).

É, no essencial, o relato. Decido.

**2. Da regularidade do pedido de recuperação**

A petição inicial e sua emenda (movs. 1 e 27) apresentam os requisitos da Lei 11.101/2005, conforme análise do administrador judicial (mov. 29.1), a qual faço integrar esta decisão em razão da completude com que a questão foi tratada, sendo desnecessário repetir os mesmos argumentos.

Por esses motivos, presentes os requisitos legais, DEFIRO o início deste processo de recuperação judicial e determino:

a) A suspensão de todas as execuções em face do requerente, pelo prazo de 180 dias corridos (STJ, REsp 1.699.528, item 7), sem prejuízo de sua prorrogação caso seja relevante para fins do plano (STJ, AgInt no AgInt no AREsp 1558961/RJ);



1. A suspensão não atinge execuções fiscais.
2. Demandas em que se pleiteie quantias ilíquidas deverão ter prosseguimento.
3. A suspensão ora determinada não implica redistribuição dos processos a este juízo.
4. Caberá ao requerente comunicar esta suspensão nos respectivos processos.

5. Em relação a eventuais execuções que tramitam neste juízo, com a comunicação em cada processo, dê-se ciência à parte contrária e então suspenda-se a execução por 60 dias.

**b)** Que o requerente apresente contas mensais diretamente ao administrador judicial enquanto perdurar a recuperação, sob pena de afastamento dos administradores;

**c)** Que o requerente apresente plano de recuperação no prazo de 60 dias corridos (STJ, REsp 1.699.528, item 7) a contar da intimação desta decisão, sob pena de decretação da falência;

**d)** Que para os fins deste processo os prazos previstos expressamente na Lei de Recuperação Judicial sejam contados em dias corridos (STJ, AgInt no AREsp 1548027 / MT). O STJ já definiu em outro precedente que: “A adoção da forma de contagem prevista no Novo Código de Processo Civil, em dias úteis, para o âmbito da Lei 11.101/05, com base na distinção entre prazos processuais e materiais, revelar-se-á árdua e complexa, não existindo entendimento teórico satisfatório, com critério seguro e científico para tais discriminações. Além disso, acabaria por trazer perplexidades ao regime especial, com riscos a harmonia sistêmica da LRF, notadamente quando se pensar na velocidade exigida para a prática de alguns atos e na morosidade de outros, inclusive colocando em xeque a isonomia dos seus participantes, haja vista a dualidade de tratamento” (REsp 1.699.528, item 6 da ementa).

**3. Nomeio como administrador judicial a pessoa jurídica **M Marques Sociedade Individual de Advocacia (CNPJ 07.166.865/0001-71)**, representada pelo Dr. Márcio Roberto Marques (OAB 65.066).**

**3.1.** Após o aceite do administrador, expeça-se termo de compromisso.

**3.2.** Estabeleço como remuneração do administrador, incluindo pelo parecer prévio, o valor de R\$ 36.251,63, que corresponde a 4% sobre o valor dos créditos sujeitos à recuperação (total de R\$ 906.290,90 – mov. 1.19). A remuneração foi fixada conforme art. 24, §5º da Lei de Recuperação Judicial.

**3.1.1.** O valor deve ser pago diretamente ao administrador judicial, o qual deve apresentar, juntamente com a aceitação da função, plano de pagamento. Caso haja anuência do devedor com a programação dos pagamentos como sugerido, fica desde já homologada; caso contrário, voltem os autos conclusos para decisão quanto a este ponto.

**3.1.2.** Deixo de determinar a reserva de 40% prevista no art. 24, §2º da Lei de Recuperação, pois aplicável apenas à falência.

**4.** Expeça-se edital contendo o previsto no art. 52, §1º da Lei 11.101/2005, publicando-o no Diário Oficial Eletrônico.

**4.1.** Observe a Secretaria que deverá publicar edital em relação ao recebimento do pedido de recuperação e depois novamente, quando do recebimento do plano de recuperação, para aviso aos credores do recebimento do documento, na forma do art. 53, parágrafo único da Lei 11.101/05.

**4.2.** A impugnação à lista de credores deve ser feita no prazo de 15 dias a contar da publicação do edital em apartado e com pagamento de custas;

**4.3.** O prazo de 30 dias para impugnação do plano de recuperação terá início com a publicação do aviso de recebimento do plano noticiado no item 4.1.

**5.** Oficie-se à Junta Comercial do Paraná para anotação do deferimento do processamento da recuperação judicial em seus registros.

**6.** Determino à Secretaria que lance a informação “Em recuperação judicial” após o nome do requerente no Projudi.

**7.** Comunique-se eletronicamente ou por correspondência às Fazendas Nacional, Estadual (Paraná) e Municipal (Chopinzinho/PR).

**8.** Autorizo, caso haja pedido com juntada de procuração, a habilitação nos autos de todos os credores que estão na relação de mov. 1.19 sem necessidade de conclusão apenas para este fim, com intimação de todos os atos posteriores à referida habilitação.

**9.** Embora a parte autora tenha pugnado pela concessão de antecipação de tutela a fim de determinar a suspensão de todos os processos em trâmite em desfavor da empresa requerente, bem como da retirada e inclusão do nome dos sócios proprietários da empresa no SERASA e demais órgãos de restrição ao crédito, o *stay period* foi determinado nesta decisão com o deferimento do processamento da recuperação judicial e, além disso, conforme informado pela parte autora, não há ações ajuizadas em seu desfavor e, conseqüentemente, necessidade de suspensão de atos expropriatórios.

Ciência ao Ministério Público.

Intimem-se. Diligências necessárias.

Chopinzinho/PR, datado digitalmente.

(Assinado digitalmente)

**Vivian Hey Wescher**

**Juíza de Direito**

